

ICEMG

Gabinete do Conselheiro em exercício Adonias Monteiro

Processo: 1058777

Natureza: Representação

Jurisdicionado: Município de Virginópolis

Ao Ministério Público de Contas,

Tratam os autos de representação formulada pelo Sr. Alex Batista Coelho, chefe do legislativo

à época do Município de Virginópolis, objetivando a regularização do repasse duodecimal à

Câmara Municipal, uma vez que, segundo alegou, no mês de janeiro de 2019, o repasse havia

sido aquém do valor devido, de acordo com a receita corrente líquida do exercício de 2018 e

com a Lei Orçamentária n. 34/2018.

A representação foi recebida e autuada em 1/2/2019 (pág. 68, peça n. 16), sendo distribuída à

relatoria do conselheiro Sebastião Helvecio (pág. 69, peça n. 16).

Em relatório de peça n. 4, a 3ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios manifestou-se no

sentido de que o Executivo deveria efetivar os repasses duodecimais ao Legislativo, de acordo

com a Decisão Normativa n. 6/2012, sem exclusão da base de cálculo dos valores de

constituição do Fundeb.

Em sessão da Primeira Câmara do dia 10/9/2019 foi determinado o sobrestamento dos autos.

Após, por meio do Exp. n. 421/2021/SEC, a Segunda Câmara informou que o sobrestamento

ultrapassou o limite temporal máximo estabelecido no Código de Processo Civil e aplicável

supletivamente a este Tribunal.

Assim, o então relator determinou (peça n. 14), o encaminhamento dos autos ao Ministério

Público de Contas, que em parecer de peça n. 18, opinou pela procedência da representação,

mas sem aplicação de multa ao chefe do executivo no período de 1/1/2019 a 30/4/2019, Sr.

Boby Charles das Dores Leão.

Os autos foram redistribuídos à minha relatoria em 26/11/2021, peça n. 22.

Na busca da verdade material, peça n. 24, encaminhei os autos à 3^a CFM para que se

manifestasse, especificamente, se o Município de Virginópolis retornou o pagamento dos

930/159

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Gabinete do Conselheiro em exercício Adonias Monteiro

duodécimos, sem a dedução do Fundeb e, ainda, se havia parcela a ser ressarcida para a Câmara Municipal no exercício de 2019.

Em observância, a Unidade Técnica elaborou relatório de peça n. 25 e anexos, pela "regularidade dos repasses de duodécimos pela Prefeitura à Câmara Municipal do Município de Virginópolis a no período compreendido entre 2019 e 2022 (ano corrente, com dados até o mês de junho)".

Diante do exposto, encaminho os autos a esse *Parquet* Especial para manifestação.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2022.

Adonias Monteiro Relator

(assinado digitalmente)

930/159